



MARCO LISI

**Democracia intra-partidária,
filiados e elites intermédias:
o caso do Partido Socialista português**

Análise Social, 214, I (1.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 214, 1 (1.º), 2015, 160-190

Democracia intra-partidária, filiados e elites intermédias: o caso do Partido Socialista português. O artigo procura examinar as atitudes dos filiados e delegados do Partido Socialista português em relação à democracia intra-partidária. A partir de dois inquéritos conduzidos junto dos diferentes tipos de ativistas, o estudo examina a avaliação em relação a diversos aspetos do funcionamento interno do partido. Os resultados sugerem que uma parte substancial dos ativistas está satisfeita com a influência que tem na vida interna do partido, embora os filiados apresentem uma visão mais crítica em relação aos delegados. Quanto aos fatores explicativos, a distância ideológica, a ocupação de cargos públicos ou partidários, assim como o nível de participação nas atividades internas apresentam um impacto significativo na perceção da democracia interna.

PALAVRAS-CHAVE: democracia intra-partidária; militância partidária; filiados; elites intermédias; Partido Socialista português.

Intra-party democracy, members and middle-level elites: the case of the Portuguese Socialist Party. This article aims to examine the attitudes of the Portuguese Socialist Party members and delegates towards intra-party democracy. Drawing on two surveys to different types of activist, this study investigates members' evaluation with regard to several aspects of the internal party functioning. The results suggest that a substantial proportion of activists is satisfied with their influence on the party internal life, although party members display a more critical view compared to delegates. As for the explanatory factors, the ideological distance, holding party or public offices, as well as the degree of participation in party activities are the main variables that influence members' opinion on intra-party democracy.

KEYWORDS: intra-party democracy; party activism, party membership; middle-level elites; Portuguese Socialist Party.

MARCO LISI

Democracia intra-partidária, filiados e elites intermédias: o caso do Partido Socialista português¹

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre partidos têm apontado uma crescente tendência para a “estatalização” dos partidos, baseados cada vez mais nos recursos e na legitimidade com origem no Estado, sobretudo através do financiamento público e da ocupação dos cargos de governo (Mair, 2013; Ignazi, 2014). A dimensão institucional parece ter-se tornado absolutamente central para os partidos mais “eleitoralistas”, principalmente no caso das democracias mais recentes, caracterizadas por uma fraca penetração social das organizações partidárias e por uma maior indiferenciação ideológica (van Biezen, 2003; Lisi, 2014).

A história da mudança partidária ao longo do tempo parece confirmar a “lei de ferro” da oligarquia partidária (Michels, 2001), segundo a qual a estrutura organizacional seria um instrumento para alargar o poder da elite dirigente em detrimento dos filiados, alimentando assim as desigualdades dentro das organizações partidárias. Os estudos sobre a presidencialização dos partidos (Poguntke e Webb, 2005) vêm reforçar esta tendência, evidenciando a importância dos fatores sistémicos – forma de governo, mudança nos meios de comunicação, etc. – para alterar os equilíbrios internos dos partidos a favor das lideranças partidárias.

Esta evolução tem levado os partidos a reavaliar as (supostas) virtudes da democracia intra-partidária. Vários estudos recentes têm evidenciado a tendência para um papel mais relevante dos filiados, por exemplo no que diz respeito à seleção dos candidatos ou dos líderes (Kittilson e Scarrow, 2003; Pilet e Cross, 2014). Para além disso, um nível maior de democracia interna tem

1 O autor agradece os comentários de dois *referees* da revista *Análise Social* e as sugestões de Rui Branco a uma versão anterior do artigo.

sido considerado um instrumento para reforçar a legitimidade dos partidos aos olhos da opinião pública, sobretudo tendo em consideração o declínio da confiança nestes atores e o crescente afastamento dos cidadãos das organizações partidárias (Cross e Katz, 2013).

A democracia intra-partidária tem sido estudada em particular a partir dos documentos oficiais (programas, estatutos, declarações) ou do ponto de vista normativo. Contudo, raramente este problema tem sido abordado com base na avaliação e nas percepções dos diferentes tipos de ativistas.² Como sublinham vários autores (Duverger, 1981; Scarrow, 1996; Ware, 1996), os filiados desempenham um papel crucial para o funcionamento dos partidos. Por um lado, enquanto associações de cidadãos, os partidos necessitam de recursos humanos de forma (mais ou menos) permanente. Para além do seu valor simbólico, os ativistas contribuem de forma significativa para a transmissão da mensagem, para assegurar o funcionamento das estruturas no dia-a-dia e para garantir a renovação dos quadros e a mobilização do partido nas mais diversas atividades.

A análise das opiniões dos diferentes tipos de filiados representa, portanto, uma arena privilegiada para observar o funcionamento das organizações partidárias. Apesar da tendência dos partidos contemporâneos para o reforço da componente institucional (Katz e Mair, 1995; 2009), o estudo do perfil e das atitudes dos ativistas permanece fundamental para compreender os conflitos internos, as características da cultura política e da militância partidária (van Haute, 2011). Os ativistas não representam apenas os futuros líderes dos partidos. Gerem também recursos, definem as posições programáticas, influenciam a estratégia e, não menos importante, são o elemento essencial de ligação entre eleitores e governantes, sobretudo durante as campanhas eleitorais.

Deste ponto de vista, a análise dos ativistas é fundamental para examinar três aspetos. Em primeiro lugar, os filiados são a fonte principal do recrutamento da futura elite dirigente e o principal instrumento de mobilização (Scarrow, 1996). Em segundo lugar, os ativistas são um excelente indicador da cultura política dos partidos, refletindo a forma como as organizações partidárias se adaptam à mudança do contexto externo e às oscilações da opinião pública. A análise das atitudes dos filiados tem ainda a vantagem de ser menos abstrata do que os documentos programáticos oficiais elaborados pela direção, evidenciando as eventuais contradições ou dilemas que possam emergir nas

2 Neste texto consideram-se os ativistas, de forma geral, todos os filiados, incluindo os delegados, independentemente do grau de participação interna. Sobre as definições dos militantes e filiados, assim como os problemas semânticos associados a estes termos e as variações existentes veja-se Scarrow (2014).

áreas menos consensuais. Finalmente, o terceiro aspeto importante refere-se ao “mito racional” da democracia interna das organizações partidárias. Como sublinha Weber (1979), os partidos são, antes de mais, associações de livres cidadãos, em que a participação é valorizada através de mecanismos de delegação vertical. Nos partidos de massas – e sobretudo nos partidos socialistas ou social-democratas – este mito racional baseia-se na capacidade de os filiados influenciarem as orientações do partido através dos delegados eleitos no congresso. É por isso que a avaliação dos diferentes tipos de filiados é fundamental para perceber a realização (na prática) da democracia intra-partidária.

Este artigo tem como objetivo principal analisar a perceção dos ativistas em relação ao funcionamento interno do Partido Socialista português (PS). Em particular, este trabalho procura examinar algumas das dimensões relevantes da democracia intra-partidária através da opinião dos filiados e delegados do partido. Outro objetivo é explorar a importância relativa de vários modelos utilizados para explicar a variação neste tipo de atitudes. Este trabalho também ambiciona investigar as diferenças existentes entre filiados e delegados na perceção relativa ao funcionamento interno do partido. Em relação a estudos anteriores, o contributo deste estudo prende-se com três aspetos. Em primeiro lugar, analisa um tópico pouco explorado pela literatura, apresentando dados originais e difíceis de recolher, sobretudo para o caso português. Em segundo lugar, este estudo de caso permite confirmar (ou não) as teorias existentes. Finalmente, a análise dos ativistas do PS oferece uma excelente oportunidade para analisar não apenas o perfil sociodemográfico dos ativistas, mas também os valores e as atitudes políticas relativas a aspetos importantes do papel desempenhado pelos partidos políticos.

O interesse em considerar o caso português prende-se com as especificidades das características organizacionais dos partidos em Portugal e da sua evolução ao longo do tempo. Por um lado, os partidos apresentam uma base de filiados relativamente reduzida em relação a outras democracias europeias e com uma estrutura organizacional fraca no que diz respeito à capacidade de mobilização e aos recursos disponíveis (van Biezen *et al.*, 2012). Por outro lado, os partidos portugueses apresentam um nível de centralização muito elevado e uma grande predominância da liderança, sobretudo se observamos os padrões de recrutamento, os processos de decisão sobre as principais questões políticas, assim como a gestão dos recursos (Lobo, 2003; Lopes, 2004; Jalali, 2007; Lisi, 2011). Para além disso, a evolução das organizações partidárias indicia o carácter instrumental e estratégico das reformas internas, que tiveram sempre um impacto limitado sobre o funcionamento interno dos partidos (Lisi, 2011). Deste ponto de vista, a análise da perceção da democracia intra-partidária pode contribuir para esclarecer não apenas as “patologias” das

organizações partidárias, mas também a inércia que tem caracterizado a experiência dos partidos portugueses.

O PS destaca-se dentro dos partidos com representação parlamentar pela maior adesão aos princípios e procedimentos democráticos, pelo menos segundo a análise dos documentos estatutários e programáticos (Belchior, 2008). O contexto particular que caracterizou a evolução do PS depois de 2011 torna ainda mais interessante examinar a questão da democracia intra-partidária no caso dos ativistas socialistas. A demissão de Sócrates a seguir à derrota eleitoral deu lugar a um intenso debate acerca da necessidade de implementar reformas estatutárias para revitalizar a vida interna do partido. Os dois candidatos que competiram pela liderança³, António José Seguro e Francisco Assis, enfatizaram na campanha interna a necessidade de renovar a elite dirigente e atribuir um papel mais relevante aos órgãos partidários. Para além disso, uma das principais divergências entre Seguro e Assis baseava-se na introdução das primárias para a seleção dos candidatos a cargos públicos.⁴ Finalmente, durante a liderança de Seguro (2011-2014) foi implementada uma reforma inédita no panorama partidário português, nomeadamente a introdução das primárias para a escolha do candidato socialista ao cargo de primeiro-ministro. Deste ponto de vista, a análise da perceção dos delegados acerca do funcionamento interno do partido contribui para interpretar melhor esta importante mudança, avaliando a presença de pressões internas que possam ter contribuído para adotar esta reforma.

O artigo está estruturado em seis partes. Depois da introdução, o estudo continua com uma revisão da literatura sobre democracia intra-partidária. Na terceira secção apresentam-se os dados e a metodologia utilizada neste artigo. Na quarta secção examina-se a perceção do funcionamento interno dos partidos segundo a opinião dos filiados e dos delegados, enquanto na secção seguinte procura-se analisar os fatores explicativos. Finalmente, as conclusões resumem os principais resultados e discutem as suas implicações.

A DEMOCRACIA INTRA-PARTIDÁRIA: TEORIA E PRÁTICA

Os filiados partidários representam um segmento fundamental dos partidos políticos. Embora as transformações partidárias tenham reduzido a importância deste grupo, sobretudo em termos do seu carácter representativo e da sua

3 A competitividade destas “diretas” foi a mais elevada de sempre, com a vitória de Seguro por uma margem muito restrita de votos (60%, contra 40% de votos obtidos por Francisco Assis).

4 V. as duas moções “A Força das Ideias”, apresentada por Francisco Assis, e “O Novo Ciclo”, elaborada por António José Seguro.

capacidade de ligação com a sociedade civil (Scarrow, 2007), não há dúvidas de que esta componente é ainda um indicador fundamental das características e do funcionamento dos partidos políticos.

Apesar da importância do tema, os estudos sobre filiados são relativamente escassos devido à dificuldade em recolher dados sobre os ativistas e à tendência para examinar o partido no território (base social e eleitoral) ou nas instituições, deixando de lado o papel e as características dos filiados e das elites intermédias (van Haute, 2011). Em geral, a literatura sobre militância partidária considera principalmente três aspetos.⁵ A primeira refere-se à evolução quantitativa e longitudinal (Mair e van Biezen, 2001; van Biezen *et al.*, 2012). A segunda diz respeito às motivações individuais e aos padrões de participação e socialização (Whiteley e Seyd, 2002), enquanto o terceiro aspeto relaciona-se com a oferta dos partidos em termos das mudanças das estruturas de base, dos padrões de mobilização e de recrutamento (Scarrow, 1996; Poguntke, 2002). Nesta secção iremos abordar apenas a (escassa) literatura que considera as atitudes dos diferentes tipos de ativistas em relação ao funcionamento internos das organizações partidárias.

A democracia intra-partidária tem sido considerada um aspeto marginal para o funcionamento dos regimes democráticos. Tradicionalmente, os partidos são considerados atores essenciais para o funcionamento da democracia enquanto desempenham uma multiplicidade de funções (Schattschneider, 1942). Deste ponto de vista, seria legítimo que os partidos adotassem critérios de inclusividade, transparência e participação. Contudo, a visão liberal sublinha que a democracia não equivale à “soma das partes”, e que para ter um regime democrático é suficiente que as forças partidárias assegurem, através de uma competição democrática, a escolha dos futuros dirigentes (Downs, 1957; Sartori, 1987).

Porém, há vários argumentos que sublinham a importância da democracia intra-partidária (Ware, 1996). Em primeiro lugar, a maior influência dos cidadãos dentro dos partidos teria efeitos positivos para a dimensão participativa dos regimes democráticos, aumentando a consciência cívica dos cidadãos e as formas de mobilização. Em segundo lugar, a democracia intra-partidária assegura também uma maior deliberação interna (Teorell, 1999). Finalmente, um maior nível de democracia intra-partidária contribui para evitar a cartelização entre os principais partidos, tornando as diferenças programáticas mais claras e incentivando uma responsabilização mais eficaz (Scarrow, 2005).

A implementação de reformas organizativas no sentido de uma maior democratização tem levantado reticências sobretudo devido às diferenças

5 Para uma visão geral desta literatura v. van Haute (2011) e Scarrow (2014).

ideológicas entre os filiados e os eleitores. Desde a formulação da “lei de disparidade curvilinear” (May, 1973), emergiu a visão de um maior fundamentalismo e intransigência dos filiados que levariam o partido a afastar-se das posições do eleitorado. Segundo esta “lei”, os filiados mais ativos (considerados como as elites intermédias) apresentam posições mais radicais em relação às bases eleitorais dos partidos. Neste sentido, os partidos que atribuem mais voz aos militantes seriam levados a adotar posições mais radicais, levando o partido a ser derrotado nas eleições. Contudo, os estudos empíricos que procuraram testar esta “lei” não conseguiram validar estes pressupostos. Apesar da maior radicalização das posições dos ativistas em relação aos eleitores, os líderes apresentam posições tão (ou mais) extremistas do que os ativistas (Kitschelt, 1989; Iversen, 1994; Norris, 1995; Narud e Skare, 1999).

A “lei da disparidade curvilinear” tem sido aplicada também ao caso português (Jalali e Lobo, 2007; Belchior e Freire, 2011). Jalali e Lobo (2007) consideram as posições dos delegados socialistas em comparação com a respetiva base eleitoral. Este estudo evidencia a maior radicalização da elite intermédia em relação aos temas do aborto e da religião, apesar de se colocar mais à direita dos respetivos eleitores em matérias económicas (intervenção do Estado na economia). Este contributo não considera questões relativas à democracia intra-partidária, mas a análise multivariada das opiniões dos delegados sobre certos temas sugere que as variáveis de socialização política têm um fraco impacto explicativo sobre as atitudes políticas. Contudo, os delegados com uma experiência partidária mais recente apresentam um grau de insatisfação maior em relação ao funcionamento da democracia em geral.

O estudo de Belchior e Freire compara a opinião dos deputados à posição assumida sobre vários temas pelos votantes do PS e do PSD com e sem atividade política, considerados um “*proxy*” das elites intermédias e dos simpatizantes do partido, respetivamente. Em geral, os resultados confirmam a aplicabilidade da lei de May para os dois principais partidos quando considerarmos a posição na escala esquerda-direita, mas no caso dos temas socioeconómicos ou da “nova política” as elites tendem a apresentar posições mais radicais. Outro resultado interessante é que no caso do PS a lei de May aplica-se sobretudo aos temas socioeconómicos, enquanto para o PSD os ativistas apresentam posições menos alinhadas em relação aos temas libertários-autoritários. Na opinião dos autores, esta diferença relaciona-se sobretudo com o facto de a opinião dos cidadãos se inclinar mais à esquerda no caso dos temas económicos, enquanto os eleitores apresentam uma posição mais conservadora nos temas culturais.

A questão da avaliação da democracia intra-partidária tem sido menos estudada. Saglie e Heidar (2004) conduziram um estudo sobre democracia intra-partidária nos partidos noruegueses. Os resultados evidenciam a

preferência dos modelos de democracia representativa face à democracia direta, sendo minoritários os militantes que defendem uma mudança radical no funcionamento interno dos partidos. Apesar de a pressão para a mudança ser relativamente fraca, há diferenças entre os mais ativos e os filiados mais passivos. Em geral, quanto menor a participação, maiores são as críticas em relação à democracia intra-partidária. Estudos comparados sobre a Noruega, Dinamarca e Suécia confirmam o facto de os eleitores dos partidos serem ainda mais críticos do que os filiados (Saglie e Heidar, 2004, p. 402).

A percepção da democracia intra-partidária segundo as elites intermédias é também analisada no caso espanhol (Baras *et al.*, 2012). Este estudo avalia a opinião dos delegados em relação a várias dimensões do funcionamento interno dos partidos, testando o impacto de diferentes modelos explicativos. Os resultados indicam que a avaliação da elite intermédia depende da congruência ideológica entre os delegados e os respetivos partidos, do nível de envolvimento nas atividades partidárias, nas razões da adesão a um partido, na experiência da militância e no facto de ocuparem ou não cargos públicos ou partidários. Contudo, as atitudes dos delegados (em termos ideológicos e das motivações) parecem ter um impacto muito maior do que os padrões de socialização ou de participação.

Quanto ao caso português, os estudos sobre democracia intra-partidária centraram-se sobretudo no nível de centralização para a seleção dos líderes (Lisi, 2010; Lisi e Freire, 2014) ou dos candidatos (Teixeira, 2009; Freire e Teixeira, 2011). Outros estudos ocuparam-se especificadamente das oportunidades formais que os estatutos fornecem aos filiados para influenciar o funcionamento interno do partido (Lobo, 2003; Belchior, 2008). A percepção da democracia intra-partidária por parte dos filiados é analisada num estudo sobre a federação socialista e a distrital do PSD de Lisboa (Coelho, 2014). Neste caso considera-se a avaliação dos filiados em relação ao método de seleção do líder, evidenciando como os militantes dos dois partidos diferem nas suas percepções. Em particular, enquanto no caso dos socialistas há uma maior satisfação e consenso acerca do método de seleção, no PSD emergem divergências mais profundas.

Tendo em conta estes contributos, a primeira hipótese que este estudo coloca refere-se ao grau de democracia intra-partidária. Young (2013) nota o facto de que os partidos com um elevado grau de facciosismo interno, mais eleitoralistas e com lideranças mais personalizadas tendem a marginalizar o contributo dos filiados. Nestes partidos não existem apenas poucas oportunidades para os ativistas influenciarem a vida interna do partido, mas também os níveis de participação e envolvimento são fracos, pois a liderança do partido considera de forma instrumental o papel dos filiados. O PS apresenta, em grande medida, estas características. Em primeiro lugar, é clara a importância

dos objetivos eleitorais para o partido; em segundo lugar, ao longo da sua existência sempre existiram várias tendências internas, sobretudo nos períodos em que se encontrava na oposição (Lisi, 2009). Em terceiro lugar, os líderes têm ocupado uma posição privilegiada e têm utilizado as reformas organizacionais de uma forma instrumental (Lisi, 2011). Contudo, a análise programática e estatutária dos partidos portugueses evidencia como o caso do PS regista “a mais clara adoção de princípios e de procedimentos democráticos” em relação ao seu funcionamento interno (Belchior, 2008, p. 147). Por estas razões, a primeira expectativa é de que haverá divergências dentro dos ativistas socialistas no que diz respeito às atitudes relativas à qualidade democrática da organização, com uma parte (mais ou menos) substancial de ativistas a avaliarem negativamente a democraticidade do partido.

Contudo, é expectável que haja diferenças entre delegados e militantes de base na avaliação do funcionamento interno.⁶ Enquanto ativistas dos partidos, com um grau de envolvimento maior em relação aos simples militantes, os delegados têm uma experiência política mais profunda, muitas vezes baseada em cargos públicos ou em associações cívicas, a nível nacional ou local (Stock, 1985; Pierre, 1986). Neste sentido, os delegados partidários apresentam atitudes, valores e opiniões mais estruturadas e mais bem informadas do que os militantes de base. Por outro lado, as elites intermédias constituem um instrumento essencial de ligação entre as diferentes componentes da organização partidária. Estes atores desempenham um papel de intermediação fundamental entre os vértices do partido e as bases, entre as estruturas nacionais e locais, entre o partido nas instituições e o partido na sociedade. É esta função de intermediação, coordenação e ligação que atribui às elites intermédias uma “mais-valia política”, muitas vezes não reconhecida pela literatura.⁷

6 Os estudos que se ocupam de elites intermédias são muito escassos. O projeto mais sistemático sobre este tópico foi lançado a nível europeu no fim da década de 70 (*European Political Parties Middle Level Elite*), levando à recolha de dados para um conjunto de 12 países e mais de sessenta partidos (Reif *et al.*, 1980; Niedermayer e Schmitt, 1983; Rohrschneider, 1994). Mais recentemente emergiram vários estudos de caso, nomeadamente no caso da Bélgica, Itália, Espanha e Noruega (Méndez Lago e Santamaría, 2001; Delwit *et al.*, 2001, 2003a, 2003b; Saglie e Heidar, 2004; Bordandini e Di Virgilio, 2009a; Mulé, 2011; Baras *et al.*, 2012). No caso português, a caracterização das elites intermédias foi objeto de algumas investigações pioneiras conduzidas no começo dos anos 80 (Stock, 1985; Stock e Rosa, 1985). Mais recentemente, Jalali e Lobo (2007) recolheram dados sobre os delegados socialistas que participaram no xv congresso (2006), testando a “lei da disparidade curvilínea”. Segundo a revista *Visão* (novembro de 2001), também foi realizado um inquérito aos delegados socialistas no XIII congresso (2001). No entanto, não foi possível ter acesso ao questionário e aos dados recolhidos.

7 De facto, apesar da utilidade (e necessidade) de distinguir as diferentes “faces” dos partidos, a distinção elaborada por Katz e Mair (1995) entre o partido nas instituições, o partido →

Finalmente, os delegados ocupam com frequência uma posição institucional importante como, por exemplo, um cargo eletivo ao nível local ou nacional. Por estas razões, é plausível que a defesa de uma maior democracia intra-partidária seja mais forte para os militantes de base em relação aos delegados.

Uma das razões que podem levar à insatisfação dos filiados no que diz respeito ao funcionamento interno do partido relaciona-se com a congruência ideológica entre a elite intermédia e o próprio partido. O estudo sobre filiados nos partidos da Bélgica e do Canadá indica que os “desajustados ideológicos” (*ideological misfits*) são também os mais passivos e os menos integrados do ponto de vista organizativo (van Haute e Carty, 2012). No caso da Espanha, esta hipótese é confirmada também para as elites intermédias, sendo os delegados mais distantes ideologicamente os que apresentam uma visão mais negativa da qualidade das organizações partidárias. Por isso, a terceira hipótese é a de que quanto maior for a incongruência ideológica, menor será o apoio à democracia intra-partidária.

Para além da distância ideológica, outra variável importante que pode influenciar o grau de insatisfação baseia-se no nível de ativismo. No caso dos partidos noruegueses, Saglie e Heidar (2004, pp. 391-392) evidenciam como os filiados menos ativos são também os que mais consideram que a liderança é indiferente às preferências dos filiados. Este resultado é confirmado também pelo caso espanhol (Baras *et al.*, 2012). Neste sentido, colocamos a hipótese de a perceção da democracia intra-partidária ser influenciada pelo nível de participação interna. Em particular, quanto menor o grau de envolvimento nas atividades partidárias, maior a insatisfação no que diz respeito à democracia intra-partidária.

DADOS E METODOLOGIA

Este estudo baseia-se principalmente em dois tipos de dados. Por um lado, conduziu-se um inquérito junto dos delegados no XVIII congresso do PS (Braga, 9-11 setembro de 2011). Neste caso procedeu-se a um inquérito auto-administrado, tendo sido recolhidas 265 respostas num universo de 1695 delegados, correspondente a 16% do total dos participantes.⁸ Por outro, realizou-se um

como estrutura burocrática e o partido no território apresenta o problema (entre outros) de não considerar a autonomia e a importância das elites intermédias.

8 Para uma avaliação deste tipo de método na investigação das elites intermédias dos partidos veja-se Niedermayer (1986). Pierre (1986) criticou este tipo de metodologia sobretudo pelo facto de não ter em consideração as regras formais e os estatutos dos partidos. Em geral, as amostras dos estudos mais recentes que utilizam este tipo de método oscilam entre 15% e 30% do universo considerado (total dos delegados).

inquérito *on-line* com base no universo dos filiados socialistas.⁹ A recolha de dados foi efetuada entre janeiro e fevereiro de 2014, tendo obtido 1582 respostas. Os inquéritos que apresentavam uma duração demasiado curta ou comprida, assim como os que não apresentavam respostas válidas para algumas perguntas fundamentais (género, idade) foram excluídos da base de dados. Depois da aplicação destes filtros obtiveram-se 1347 respostas válidas.

Tratando-se de amostras não aleatórias, este tipo de dados apresenta algumas limitações no que diz respeito à representatividade e à capacidade de produzir inferências e generalizações. Deste ponto de vista, os resultados apresentados neste estudo têm um carácter exploratório que devem ser validados de forma mais rigorosa e sistemática por estudos futuros. Apesar destas limitações, os intervalos de confiança ao nível de 90% não parecem particularmente preocupantes (3% e 5,7% para as amostras dos filiados e dos delegados, respetivamente). Para além disso, a distribuição das observações em relação às principais variáveis sociodemográficas (género, idade, educação, área de residência) é relativamente equilibrada, sendo possível considerar estes fatores como variáveis de controlo.¹⁰

Para testar ulteriormente a validade destas amostras podemos comparar o perfil dos ativistas em relação a outras amostras (no caso dos delegados) ou do universo (dos filiados). Em particular, no caso da elite intermédia é oportuno confrontar o perfil dos delegados que participaram no XVIII congresso com os que participaram no XV congresso (2006).¹¹ Relativamente ao perfil sociodemográfico dos delegados socialistas, os dados confirmam a prevalência dos homens, correspondendo a mais de 70% dos delegados em ambos os congressos (Anexo A).¹² No caso da idade, a grande maioria dos delegados pertence às faixas etárias centrais, ou seja, entre 45 e 64

9 Estes dados foram recolhidos no âmbito do projeto “Militantismo partidário e ativismo político” coordenado por Paula Espírito Santo e Marco Lisi. O projeto insere-se na rede internacional *Members and Activists of Political Parties* (MAPP), coordenado por Emilie van Haute (<http://www.projectmapp.eu/>).

10 V. os anexos A e B.

11 O inquérito aos delegados no XV congresso baseou-se numa amostra de 513 delegados. A amostra foi construída a partir do universo dos delegados para ser representativa em base ao género e à localidade e corresponde a 25% do universo dos delegados. O inquérito foi conduzido por telefone nos dez dias seguintes à realização do congresso. Para maiores informações sobre o inquérito, cf. Jalali e Lobo (2007). O autor agradece aos coordenadores deste estudo a disponibilização dos dados.

12 Segundo a organização do congresso, o universo dos delegados em 2011 era composto por um total de 1262 homens (74,5% do total) e 433 mulheres (25,5%). No universo dos filiados 63,6% são homens e 36,4% mulheres (*Revista Política. Portugal Socialista*, n.º 1, março 2013, p. 44).

anos (60%), enquanto minoritária é a proporção de jovens com menos de 34 (menos de 14%).¹³

Outra característica importante é o nível de educação. Confirma-se o elevado capital cognitivo da elite intermédia, com mais de 55% dos delegados com um curso superior completo. A diferença aqui é significativa em relação aos filiados, tendo em consideração que no universo dos militantes apenas 25% dos socialistas têm um grau académico superior.¹⁴ Finalmente, a última característica importante em termos sociodemográficos refere-se à ocupação. Em geral, os dados disponíveis sugerem uma elite partidária que pertence maioritariamente a quadros superiores ou dirigentes de empresas, com uma forte penetração no setor do Estado e uma componente importante de especialistas que exercem profissões liberais. Este dado confirma-se também para a amostra dos filiados, com cerca de 42% de militantes que trabalham no setor público.

Os dados sobre o perfil sociodemográfico indiciam que a elite intermédia do PS apresenta características homogéneas, com elevados recursos socioeconómicos, sobretudo quando comparada com as bases do partido (Lisi, 2011). Para além disso, os dados existentes sugerem uma substancial continuidade nos traços dos ativistas partidários. Como já foi sublinhado por estudos anteriores (Jalali e Lobo, 2007), o perfil da elite intermédia resulta, pelo menos no caso do PS, muito distinto do seu eleitorado, aproximando-se de forma substancial da elite parlamentar. Este facto tem implicações relevantes no que diz respeito não apenas ao percurso de socialização mas também à probabilidade de partilharem opiniões e atitudes comuns.

A parte empírica deste artigo procede em duas etapas. A primeira baseia-se numa análise descritiva das principais variáveis utilizadas para medir as atitudes em relação à democracia intra-partidária.¹⁵ Na segunda etapa procede-se com um análise multivariada em que são testados diversos modelos explicativos.

13 Do ponto de vista diacrónico, emerge um ligeiro “envelhecimento” da elite intermédia, passando a idade média de 46 (era 45 no congresso de 2001) para 51 anos (em 2011). No caso dos filiados, a idade média da amostra é de 50 anos, enquanto o universo dos militantes apresenta uma média de 49 anos (ver *Revista Política. Portugal Socialista*, n.º 1, março 2013, p. 44).

14 *Revista Política. Portugal Socialista*, n.º 1, março 2013.

15 Na análise descritiva não se reportam os testes de significância estatística (qui-quadrado e intervalos de confiança) devido ao facto de os dados terem sido recolhidos através de amostras não aleatórias.

A DEMOCRACIA INTRA-PARTIDÁRIA VISTA PELOS ATIVISTAS SOCIALISTAS

Neste estudo a democracia intra-partidária é analisada através de vários indicadores incluídos no inquérito aos filiados socialistas. Adotou-se a mesma estratégia utilizada nos inquéritos conduzidos para os ativistas dos partidos espanhóis e italianos baseada em perguntas que procurem medir a distribuição do poder interno, sobretudo no que diz respeito à relação entre a liderança do partido e os filiados (Bordandini e Di Virgilio, 2009a e 2009b, Baras *et al.*, 2012).¹⁶ Esta abordagem parte do pressuposto de que o modelo de referência para avaliar o funcionamento interno segundo os parâmetros democráticos se baseia no partido de massas no qual os filiados influenciam as políticas do partido através da estrutura organizacional.

No inquérito aos filiados socialistas foram colocadas oito perguntas acerca do funcionamento interno do partido. O primeiro bloco de perguntas refere-se ao nível de institucionalização e à capacidade dos líderes em influenciar as dinâmicas internas. Por outro lado, o segundo bloco de questões procura medir diretamente o nível de democracia intra-partidária segundo a perceção dos ativistas.¹⁷ As respostas são classificadas numa escala que vai de 1 (discorda totalmente) a 4 (concorda totalmente).

Quais são, segundo a perceção da elite intermédia, os pontos mais críticos do funcionamento do partido? A primeira questão prende-se com a importância das regras estatutárias para o funcionamento do partido. A maioria dos ativistas considera que as regras formais são importantes na vida do partido, não se registando diferenças significativas entre delegados e filiados (Quadro 1). Por outro lado, a maioria dos militantes concorda com o facto de as tendências internas serem um fator importante nas dinâmicas intra-partidárias. Esta opinião é mais consensual junto dos filiados (78,4%), enquanto para os delegados

16 Não é possível considerar de forma exaustiva no âmbito deste estudo o tema controverso dos diferentes significados associados à democracia intra-partidária (Hopkin, 2004; Saglie e Heidar, 2004; Cross e Katz, 2013). Como notam estes autores, não é claro se este conceito está associado a um modelo de democracia representativa ou direta. A dificuldade em definir em que consiste a democracia intra-partidária prende-se também com a presença de constrangimentos legais (leis que regulam a atividade partidária) e com o facto de os partidos aplicarem diferentes princípios em áreas distintas (elaboração de política, seleção dos líderes, etc.).

17 A análise fatorial mostra que estas dimensões estão relacionadas, apresentando uma única componente final. Por outro lado, se incluirmos também as variáveis do primeiro bloco emerge uma solução com duas componentes. Embora a democracia intra-partidária seja um conceito multi-dimensional, é claro que algumas das dimensões do primeiro bloco de variáveis não se relacionam diretamente com a democraticidade interna, mas apenas com algumas características gerais do funcionamento interno do partido.

há uma discordância relativamente maior (66,6%). Outra pergunta relaciona-se com a dialética entre líder e organização. Neste caso a grande maioria da elite intermédia (84,6%) percebe a autonomia do líder, enquanto cerca de um terço dos filiados gostaria de ver reforçada a liberdade de manobra da liderança partidária. Esta é a dimensão em que emerge uma maior divergência entre filiados e delegados. Finalmente, a última pergunta deste bloco de variáveis refere-se à importância dos incentivos materiais no envolvimento partidário. A maioria dos ativistas (64,5% dos delegados e 58,9% dos filiados) discorda do facto de a participação interna ser influenciada pelos benefícios individuais, sugerindo a importância das motivações identitárias ou ideológicas, sobretudo no caso das elites intermédias.

QUADRO 1

Democracia intra-partidária segundo a percepção dos delegados e filiados do PS (%)

	Delegados		Filiados	
	Concorda ou concorda totalmente	Discorda ou discorda totalmente	Concorda ou concorda totalmente	Discorda ou discorda totalmente
As regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno do partido	37,4	62,6	33,1	66,9
O funcionamento interno depende das tendências/divisões dentro do partido	66,6	33,4	78,4	21,6
O líder do partido não tem uma autonomia suficiente	15,4	84,6	30,3	69,7
A participação interna dos militantes depende dos benefícios que podem receber do partido	35,5	64,5	41,1	58,9
É desejável aumentar a democracia interna do partido	86,9	13,1	85,8	14,2
A estrutura do partido não permite a expressão do pluralismo interno	33,9	66,1	40,9	59,1
Os filiados não influenciam as políticas do partido	48,1	51,9	56,8	43,2
Os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes	47,8	52,8	56,9	43,1
(N)	(245-252)		(1268-1347)	

Fonte: Para os delegados: “Inquérito aos delegados do PS, XVIII Congresso”, coord. M. Lisi, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas–UNL, 2011. Para os filiados: “Militantismo partidário e ativismo político”, coord. P. Espírito Santo e Marco Lisi, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas–UL e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas–UNL, 2014.

Passando às dimensões relacionadas diretamente com a democracia intra-partidária, o inquérito inclui uma pergunta sobre a oportunidade de aumentar a democracia interna, uma questão sobre a importância do pluralismo interno nas dinâmicas partidárias e, finalmente, dois indicadores relativos à “responsividade” dos dirigentes em relação às preferências dos filiados. Em relação à oportunidade de aumentar a democracia intra-partidária as opiniões dos delegados e dos filiados são parecidas, sendo bastante consensual a opinião da necessidade de democratizar a vida interna dos partidos (86,9% e 85,8%, respetivamente). Contudo, emergem divergências mais significativas no que diz respeito às dimensões da responsividade. Em primeiro lugar, a maioria dos delegados (51,9%) discorda do facto de os filiados não influenciarem as políticas do partido, mas a maioria dos filiados (56,8%) é da opinião contrária. Também no caso da afirmação segundo a qual os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes regista-se uma divergência semelhante. Finalmente, embora a maioria dos ativistas considere que a estrutura do partido garante a expressão do pluralismo, os delegados apresentam uma opinião muito mais positiva do que os militantes de base (51,9% e 43,3%, respetivamente).

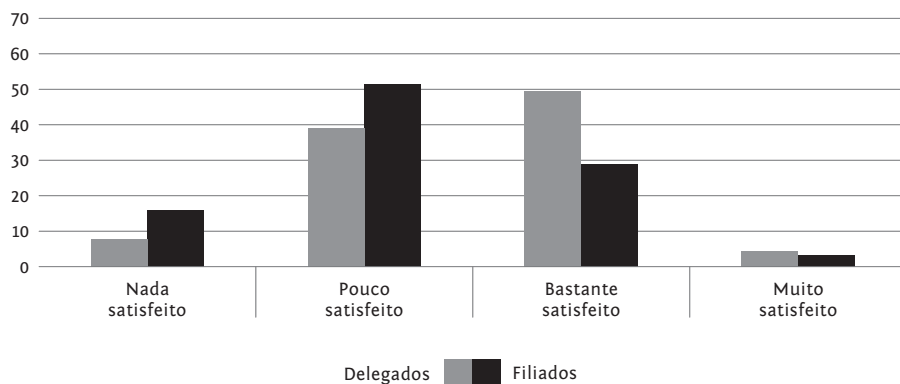
Para analisar melhor a avaliação dos filiados socialistas perguntou-se diretamente qual é o grau de satisfação em relação à vida interna do partido. No caso dos delegados as opiniões foram bastante divergentes, com cerca de metade dos inquiridos a declarar-se bastante ou muito satisfeitos em relação ao funcionamento interno (53,2%), enquanto outra metade apresenta uma atitude mais negativa (Figura 1). No caso dos filiados, a percentagem de opiniões positivas é significativamente mais baixa, com apenas 32,1% dos militantes que estão satisfeitos com a vida interna do partido.

É importante também sublinhar que o PS tem experimentado várias mudanças estatutárias, evidenciando, deste ponto de vista, um nível relativamente fraco de institucionalização. Em 1998, nomeadamente, os socialistas foram os primeiros a introduzir a eleição direta do líder. Desde então a prática tem sido a de uma fraca competitividade e um nível muito reduzido de mobilização. As eleições para a eleição direta do secretário-geral têm apresentado uma competitividade muito reduzida, pelo menos se observarmos a diferença de votos entre o primeiro e o segundo candidato (Lisi e Freire, 2014, p. 135). Este fenómeno emergiu sobretudo nos momentos em que o partido se encontrava no governo, enquanto na oposição as críticas internas foram sempre mais consistentes.

Como vimos anteriormente, uma das questões que caracterizou a campanha interna para a liderança refere-se ao método de eleição do líder do partido. Assis defendeu uma maior democratização como um mecanismo crucial para abrir o partido e reforçar a ligação com a sociedade civil, admitindo a participação de simpatizantes nas “primárias”. Seguro mostrou-se mais pru-

FIGURA 1

Satisfação com a vida interna do partido, delegados e filiados do PS (%)



Fonte: ver Quadro 1.

Notas: 1) Não sabe/Não responde excluídas da análise. 2) N filiados = 1273. N delegados = 260.

dente, sobretudo devido à impopularidade que estas medidas tinham junto dos ativistas a nível local e regional.¹⁸ Neste sentido, o secretário-geral defendeu que apenas os filiados poderiam participar na escolha dos dirigentes através da eleição direta.¹⁹

O inquérito realizado em 2011 perguntava aos delegados qual é a melhor forma de eleição para o secretário-geral, tendo sido uma das questões do debate partidário interno, sobretudo a partir da liderança de Sócrates. Os resultados indicam uma clara preferência dos delegados socialistas (68% dos inquiridos) pela eleição do líder por parte dos filiados (Figura 2). No entanto, cerca de um quinto dos delegados (19,8%) apoia um método de eleição mais aberto que incluía também os simpatizantes ou os eleitores. Finalmente, a percentagem de delegados que prefere o método tradicional de eleição através do congresso é residual (8,8%). É interessante evidenciar que não se registam diferenças significativas em relação aos filiados, embora haja uma ligeira preferência pela abertura do método de seleção do líder (22,5%).²⁰

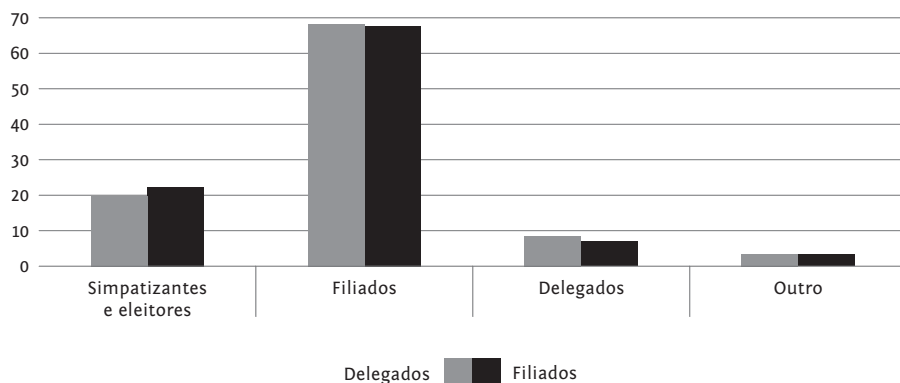
Um dos argumentos recorrentes na literatura é a perda de influência dos filiados ao longo do tempo. Segundo vários autores (Katz e Mair, 1995;

18 V. *Público*, 14-07-2011.

19 Esta medida acabou por ser introduzida nos estatutos do partido aprovados em outubro de 2012 pela Comissão Nacional.

20 Embora os resultados não sejam diretamente comparáveis, também nos inquéritos conduzidos por Coelho (2014) à federação do PS de Lisboa e aos deputados emerge um claro apoio à eleição direta do líder (82% no caso dos filiados e 59,8% no caso dos deputados).

FIGURA 2
Percepção dos ativistas socialistas em relação ao método de eleição do líder (%)



Fonte: ver Quadro 1.

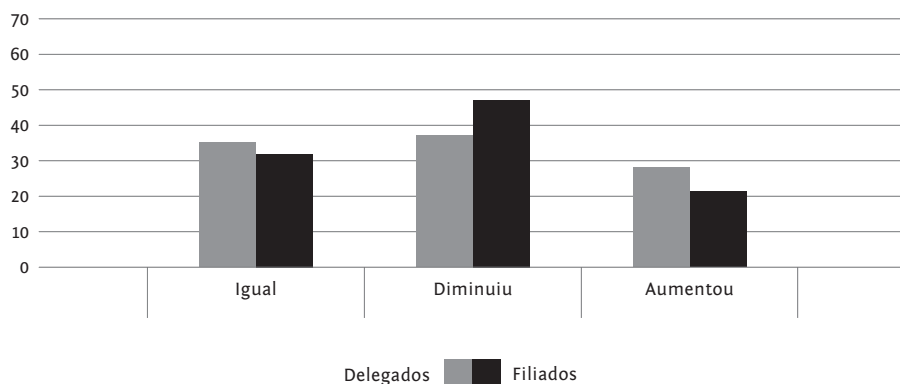
Notas: 1) Não sabe/Não responde excluídas da análise. 2) N filiados = 1298; N delegados = 259.

Hopkin, 2004; Ignazi, 2014), a passagem dos partidos de massas para partidos eleitoralistas teria implicado uma crescente centralização e uma progressiva marginalização dos militantes. Este processo acentuou-se com a emergência dos partidos de cartel, com o “esvaziamento” do poder dos filiados mais ativos, atomizando a militância e incentivando uma mobilização *ad hoc* e flexível. Deste ponto de vista, é expectável que a avaliação dos delegados seja mais negativa em relação aos filiados no que diz respeito às mudanças do funcionamento interno dos partidos.

Para procurar determinar até que ponto há uma mudança na percepção da democraticidade interna do partido por parte dos ativistas, adotaram-se duas estratégias distintas. Em primeiro lugar, perguntou-se diretamente aos militantes se houve uma mudança ou não no papel atribuído aos filiados. Em segundo lugar, tentou-se verificar até que ponto os militantes com diferentes trajetórias partidárias apresentam opiniões distintas. Em particular, distinguiu-se entre os que se filiaram no partido antes e depois de 2004. Esta data representa um marco importante na história do partido, pois a eleição de Sócrates inaugura não apenas uma maior importância da participação dos filiados na escolha do líder – com uma maior visibilidade destas eleições –, mas também um longo período em que o partido exerce posições de governo. Segundo a teorização do partido de cartel, estes dois fatores deveriam contribuir para uma maior insatisfação dos militantes mais ativos.

Em geral, a opinião de que a influência dos filiados teria diminuído é partilhada por cerca de um terço dos delegados (Figura 3). A mesma percentagem (35%) acredita que o papel dos militantes tenha permanecido igual, enquanto

FIGURA 3
Perceção da evolução dos poderes dos filiados (%)



Fonte: ver Quadro 1.

Notas: 1) Não sabe/Não responde excluídas da análise. 2) N filiados = 1140; N delegados = 253.

minoritária (cerca de 28%) é a proporção dos delegados que julga ter havido um aumento da influência das bases durante o período de governação socialista. Por outro lado, considerando os dados relativos aos filiados socialistas, há uma proporção mais elevada das opiniões negativas (a opinião de que houve uma diminuição da importância do papel dos filiados é partilhada por 46,9% dos inquiridos), enquanto apenas 21,3% dos militantes de base considera que houve um aumento. Estes resultados não confirmam a hipótese do partido de cartel segundo a qual haveria uma marginalização da elite intermédia.

Se considerarmos a relação entre experiência partidária e a avaliação da evolução dos poderes dos filiados, os resultados para os delegados socialistas confirmam que quanto maior é a experiência de militância, maior é o descontentamento. De facto, os coeficientes de correlações são significativos para ambos os indicadores utilizados. Quanto maiores os anos de militância, maior é a tendência a considerar que houve uma diminuição dos poderes dos filiados. Por outro lado, os que entraram no partido mais recentemente apresentam uma opinião mais positiva. Estes resultados são confirmados também no caso dos filiados. Neste caso a correlação com a variável muda “filiação” (antes e depois de 2004) parece particularmente significativa, sugerindo que os novos militantes avaliaram mais positivamente a experiência interna em comparação com os delegados. Concluindo, os resultados sugerem que a percepção relativa à mudança do papel dos filiados não depende tanto da posição e do envolvimento dentro do partido mas da maior ou menor experiência. Os filiados com mais anos de militância percebem de facto uma maior centralização, independentemente do seu grau de ativismo.

QUADRO 2

Correlação entre avaliação da influência dos filiados e experiência partidária (coeficiente kendall tau-b)

	Anos militância	Filiação pré/pós-2004	(N)
Delegados	-.30**	.13*	(253)
Filiados	-.23**	.20**	(1098)

Fonte: ver Quadro 1.

Notas: 1) a avaliação da influência dos filiados é medida através da seguinte pergunta: "Em geral, na sua opinião a influência dos militantes na vida do partido tem aumentado ou diminuído ao longo da sua experiência partidária?"; 2) Anos militância (contínua); Filiação pré/pós 2004 (0: pré-2004; 1: pós-2004); 3) * p < .05; ** p < .01.

A AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA INTRA-PARTIDÁRIA: FATORES EXPLICATIVOS

Que fatores explicam as diferentes atitudes dos ativistas socialistas em relação ao funcionamento interno do partido? Para responder a esta pergunta utilizou-se uma análise multivariada baseada num modelo que inclui como variáveis independentes não apenas as principais características sociodemográficas, mas também três grupos de fatores que estão associados à avaliação da democraticidade das organizações partidárias, nomeadamente atitudes políticas, ao grau de envolvimento nas atividades partidárias e o *status* dos filiados, isto é, se pertencem a órgãos nacionais ou periféricos do partido e se ocupam cargos públicos (a nível nacional ou local).

Nos estudos empíricos sobre a perceção da democracia intra-partidária, uma variável que influencia de forma significativa estas atitudes relaciona-se com a distância ideológica que separa os ativistas da posição atribuída ao próprio partido, medida através da escala esquerda-direita (van Haute e Carty, 2012; Baras *et al.*, 2012). Estes filiados – os “desajustados ideológicos” (*ideological misfits*) segundo a denominação de van Haute e Carty –, não são apenas os menos integrados do ponto de vista organizacional, mas também apresentam um menor interesse em participar na vida do partido e defender as próprias divergências.

Considerando o posicionamento ideológico dos ativistas socialistas, é importante evidenciar, em primeiro lugar, que os delegados do congresso de 2011 apresentavam uma média de 2,9 no *continuum* esquerda-direita (escala de 0 a 10), enquanto a média para os filiados é de 3,7 (escala de 1 a 10). A grande maioria dos ativistas posiciona-se no centro ou centro-esquerda (3-5), enquanto cerca de um terço se coloca nas faixas de extrema esquerda (0-2). Finalmente, a posição dos filiados e delegados nas posições de direita

permanece substancialmente insignificante, correspondente a menos de 5% dos inquiridos.²¹

Por outro lado, podemos verificar que o posicionamento médio atribuído pelos delegados ao partido é de 3,7 (de 0 a 10), enquanto para os filiados é de 4,7 (de 1 a 10). Deste ponto de vista, os ativistas apresentam posições ideológicas mais radicais, facto que se confirma também pelos dados recolhidos em congressos anteriores.²² Em relação aos *ideological misfits*, a proporção dos ativistas que apresentam uma incongruência em relação ao próprio partido é bastante significativa (21,4% dos delegados e 23,3% dos filiados). Isso significa que cerca um em cinco filiados ou delegados se posiciona dois ou mais pontos de distância em relação ao PS, sendo a posição dos ativistas maioritariamente à esquerda do partido.²³ Esta variável é, de facto, a que se relaciona mais fortemente com os indicadores da perceção da democracia intra-partidária. A correlação mais forte regista-se para as variáveis “os dirigentes não se interessam pela opinião dos militantes” e “é desejável aumentar a democracia interna do partido”, mas resulta estatisticamente significativa para todos os indicadores considerados. Os ativistas que apresentam uma maior incongruência ideológica em relação ao próprio partido são também os mais críticos relativamente ao funcionamento interno.

Para além da distância ideológica, outro fator que pode estar associado à avaliação da democracia interna relaciona-se com as motivações que levaram à adesão ao partido. Em geral, distinguem-se três razões principais para a militância partidária: ideológicas, materiais ou processuais (Whiteley e Seyd, 1996; 2002). Com base nos resultados empíricos existentes (Baras *et al.*, 2012), é plausível que os ativistas que aderem mais por razões programáticas ou ideológicas defendam também mais ativamente uma maior democratização, isto é, sejam mais críticos em relação à qualidade democrática da organização partidária. Para testar o impacto potencial desta variável utilizou-se uma variável dicotómica que assume o valor 1 quando os ativistas expressam motivações ideológicas e o valor nulo quando a adesão é determinada por outras razões.²⁴

21 O posicionamento ideológico registado no congresso de 2006 era muito parecido, apresentando uma média de 3,2 (escala de 0 a 10).

22 Também no congresso de 2001 os delegados situavam-se à esquerda da posição do próprio partido (3,7 versus 4,3, numa escala de 1 a 10; *Visão*, 21-11-2002).

23 Adotou-se aqui a mesma operacionalização de van Haute e Carty (2012).

24 As opções incluídas no inquérito eram as seguintes: 1) conhecer as pessoas politicamente ativas; 2) ser politicamente ativo/a; 3) concretizar os ideais que defendo; 4) influenciar a escolha dos candidatos a funções políticas; 5) fazer carreira política; 6) ajudar financeiramente o partido; 7) obter benefícios profissionais do exercício de atividade política; 8) influência do contexto familiar. As opções ideológico-programáticas referem-se aos *itens* 2 e 3.

Outro fator que afeta a percepção do funcionamento interno dos partidos relaciona-se com o grau de participação e envolvimento nas atividades partidárias. Os estudos de caso sobre democracia intra-partidária indicam que quanto menos ativos, mais negativa é a avaliação dos filiados em relação ao funcionamento interno (Baras *et al.*, 2012). No caso do PS, esta variável foi operacionalizada utilizando vários indicadores relativos ao grau de ativismo. O primeiro refere-se à frequência das reuniões partidárias, enquanto o segundo se baseia nas horas de trabalho dedicadas semanalmente às atividades partidárias.

Quanto às variáveis dependentes, utilizam-se dois indicadores para medir as atitudes relativas à democracia intra-partidária. A primeira dimensão diz respeito à insatisfação face à influência dos ativistas na vida do partido, enquanto a segunda assenta num índice de “responsividade” construído a partir de dois *itens* (a influência dos filiados na vida interna e o interesse dos dirigentes em relação às opiniões das bases). Estes dois *itens* foram escolhidos pelo facto de apresentarem a correlação mais elevada em ambas as amostras consideradas (coeficiente kendall tau-b 0.60, $p < .01$) dentro do conjunto das variáveis que medem a democracia interna.

Os resultados da análise multivariada indicam que, em geral, os delegados que desempenham um cargo público tendem a estar mais satisfeitos do que os ativistas que não ocupam nenhuma posição institucional (Quadro 3). Para além disso, ambas as variáveis relativas à participação alcançam significância estatística. Os ativistas menos envolvidos nas atividades do partido – com menos horas de trabalho partidário e que participam com menor frequência nas reuniões – são os que apresentam uma avaliação mais crítica da democracia intra-partidária. Finalmente, a educação também é importante para discriminar a avaliação da qualidade democrática da organização partidária. O coeficiente sugere que quanto maior for o nível de educação, maior é a insatisfação relativamente ao funcionamento interno do partido. Finalmente, é interessante notar que nem os anos de militância nem o período de entrada no partido aumentam a capacidade explicativa do modelo, não tendo qualquer impacto significativo sobre a satisfação ou sobre a influência dos filiados dentro do partido.

A análise multivariada para o índice da democracia intra-partidária apresenta resultados parcialmente distintos. Do ponto de vista sociodemográfico, as mulheres e os ativistas mais novos tendem a ter uma opinião mais negativa acerca da influência dos filiados. Mas a variável com um maior impacto é a distância ideológica entre os delegados e o próprio partido. O resultado confirma a hipótese inicial, segundo a qual uma maior distância ideológica corresponde a uma visão mais crítica da importância dos filiados na vida interna do partido. A ocupação de cargos partidários também resulta um fator significativo,

QUADRO 3

Determinantes da percepção da democracia intra-partidária

	Delegados				Filiados			
	Índice democracia intra-partidária		Satisfação da influência dentro do partido		Índice democracia intra-partidária		Satisfação da influência dentro do partido	
	B	e. p.	B	e. p.	B	e. p.	B	e. p.
Gênero	-.45*	(.24)	.16	(.11)	.13	(.12)	.02	(.05)
Idade	.02**	(.01)	-.005	(.004)	-.005	(.004)	-.003*	(.002)
Educação	.33	(.25)	-.27**	(.12)	-.39***	(.11)	-.15***	(.05)
Religião	.003	(.01)	-.006	(.005)	.04	(.06)	.04	(.03)
Cargos públicos	.04	(.24)	.25**	(.11)	.004	(.12)	.12**	(.05)
Cargos partidários	.47*	(.25)	-.08	(.12)	.35***	(.12)	.31***	(.05)
Distância ideológica	-.65**	(.25)	.11	(.12)	-.90***	(.12)	-.22***	(.05)
Motivação militância	-.04	(.21)	.003	(.10)	-.07	(.06)	-.08***	(.03)
Horas de trabalho	-.01	(.01)	.006*	(.004)	.03***	(.009)	.02***	(.004)
Frequência reuniões	.12	(.08)	.06*	(.04)	.02	(.04)	.04***	(.02)
Constante	5.87***	(.78)	2.72***	(.36)	4.86***	(.42)	2.34***	(.18)
R2	.15		.14		.11		.20	
(N)	(256)		(256)		(945)		(944)	

Fonte: ver Quadro 1.

Notas: a) Variáveis independentes: Gênero (0: homem; 1: mulher); Idade (contínua); Educação (0: até secundário; 1: superior ou maior); Religião (1: nada religiosa; 4: muito religiosa); Cargos públicos (0: não; 1: sim); Cargos partidários (0: não; 1: sim); Ideologia (0: congruente; 1: “desajustado”); Motivação militância (0: outro; 1: ideológica); Horas de trabalho (contínua); Frequência de reuniões (0: não pertence a órgãos partidários; 6: uma vez ou mais por semana). b) Variáveis dependentes 1) Índice da democracia intra-partidária construído a partir de duas questões (Os filiados não influenciam as políticas do partido; Os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes), escala 2-8 (2=baixo nível de democracia intra-partidária; 8=alto nível de democracia intra-partidária) 2) Satisfação na vida interna do partido (1: nada satisfeito; 4: muito satisfeito). c) *p < 0.1; **p < .05; ***p < .01 d) FIV mais alto: 1.614.

sendo que os delegados sem qualquer posição de relevo expressam uma visão mais crítica em relação à democraticidade interna.

Passando à análise dos determinantes da democracia intra-partidária para os filiados, confirma-se em geral a importância da ideologia, da participação e do *status* institucional ou partidário sobre a avaliação do funcionamento interno. No caso do índice de “responsividade”, a distância ideológica, as horas

de trabalho e a ocupação de cargos dentro do partido apresentam uma significância estatística elevada ($p < 001$). Os efeitos vão na direção esperada, confirmando as hipóteses de partida. Este modelo funciona ainda melhor no caso da satisfação na vida interna do partido. Apesar de os cargos partidários e a ideologia terem um impacto maior, todas as variáveis associadas aos três paradigmas explicativos alcançam níveis *standard* de significância estatística.

CONCLUSÕES

O presente artigo teve três objetivos principais. Em primeiro lugar, analisou a perceção dos ativistas em relação à democracia intra-partidária. Em segundo lugar, procurou-se examinar as diferenças entre filiados e delegados nas atitudes relativas ao funcionamento interno do ps. Finalmente, o terceiro objetivo prende-se com os fatores explicativos da maior ou menor insatisfação relativamente à influência dos diferentes tipos de filiados na vida interna do partido.

Antes de destacar as principais conclusões deste estudo, é importante evidenciar as suas limitações. Devido ao carácter não aleatório das amostras e, no caso do inquérito aos delegados, ao reduzido número de casos, não é possível fazer generalizações. Deste ponto de vista, este contributo tem principalmente um carácter exploratório, procurando examinar um problema sobre o qual o conhecimento existente era praticamente nulo. Contudo, os controlos que foram conduzidos relativas às amostras utilizadas reforçam a validade dos dados recolhidos e a confiança nos resultados alcançados. Para além disso, no caso dos delegados a relativa homogeneidade da elite intermédia confere um carácter mais robusto à qualidade normalmente associada a este tipo de dados.

A análise das opiniões dos ativistas socialistas acerca da democracia interna evidencia pelo menos três conclusões principais. A primeira conclusão deste estudo é que a demanda para uma maior democracia intra-partidária é presente não apenas na opinião pública ou nos militantes de base, mas também dentro de um grupo substancial da elite intermédia, tradicionalmente mais envolvida na tomada de decisões e mais comprometida com a estabilidade organizacional. Isso significa que, em abstrato, há uma proporção substancial de ativistas que apoia a implementação de reformas no sentido de uma maior democratização. No entanto, os filiados apresentam uma maior insatisfação em relação à vida interna do partido quando comparados com as atitudes da elite intermédia. Estes resultados confirmam, em geral, a primeira e segunda hipóteses colocadas por este estudo. No entanto, a interpretação deste resultado exige alguma cautela devido às diferentes metodologias utilizadas na recolha dos dados.

Em segundo lugar, os resultados confirmam estudos anteriores relativos ao perfil dos ativistas mais críticos. Em particular, os filiados e delegados que defendem a necessidade de uma maior democracia intra-partidária são os menos ativos e os que se identificam menos com as posições do partido. Neste sentido, os dados sugerem que é pouco provável que o funcionamento interno seja alterado através de reivindicações mais explícitas e uma maior mobilização por parte dos militantes. Por outras palavras, uma maior democratização da vida interna do partido depende sobretudo de uma ameaça externa ou de uma decisão estratégica por parte dos líderes. Deste ponto de vista, os resultados deste estudo contribuem para explicar a grande inércia organizacional dos partidos portugueses e o facto de a mudança ter sido, antes de mais, a consequência de fatores externos tais como uma derrota eleitoral ou a passagem para a oposição (Lisi, 2011).

A terceira conclusão diz respeito às determinantes da perceção da democracia intra-partidária. Apesar de recobrir a mesma posição dentro do partido, a perceção do grau de democraticidade varia de forma significativa dentro dos diferentes tipos de ativistas. A conjuntura em que se realizaram os inquéritos (com o partido na oposição) pode ter influenciado a avaliação da democracia intra-partidária, aumentando as posições críticas dos ativistas. Os resultados sugerem que há uma divisão entre os que fazem política por profissão, exercendo cargos públicos ou partidários, e o resto dos militantes. Os primeiros tendem a estar mais satisfeitos com as oportunidades oferecidas pela organização para influenciar as decisões, enquanto os filiados de base são mais favoráveis a mudanças do *status quo* no sentido de uma maior democratização. A confirmar-se, este fenómeno seria uma indicação do pragmatismo da elite partidária, mais interessada em assegurar a continuidade das suas funções e a autorreprodução da (futura) direção política e partidária do que em pôr em causa os equilíbrios existentes. Esta consideração sugere também a instrumentalização do debate sobre democracia intra-partidária e a utilização das reformas internas como instrumento de conquista de poder por parte dos candidatos à liderança partidária ou como formas de resolver problemas da direção do partido. Como demonstrou o recente debate acerca das reformas organizativas e da revisão dos estatutos do PS durante a liderança de António José Seguro, a mudança ocorreu de forma circunstancial, sem um debate alargado e com uma grande indefinição quanto aos objetivos que se procura alcançar, acabando por neutralizar ou marginalizar a discussão sobre a necessidade de rever as orientações programáticas ou a estratégia de alianças.

Quais as implicações deste estudo? Por um lado, a análise da perceção dos ativistas relativamente ao funcionamento interno pode ajudar a interpretar as razões que levam os militantes a saírem – ou não fazer parte – das organizações

partidárias. O facto de os filiados e delegados mais críticos serem também os menos ativos pode ser o primeiro passo para deixar de exercer a militância dentro dos partidos. Deste ponto de vista, estes resultados podem também contribuir para explicar as tendências da filiação, pelos menos nos dois principais partidos onde os laços entre militantes e a organização partidária têm sido mais fracos e instáveis. O facto de uma parte substancial de os ativistas achar que a liderança é indiferente às preferências dos filiados e ao contributo que podem fornecer ao partido pode ser o primeiro passo para a desmobilização, ou pelo menos pelas fracas lealdades internas. No entanto, é necessário explorar melhor a relação de causalidade entre ativismo e avaliação da democracia intra-partidária, pois estudos recentes sugerem que a democratização dos partidos reforça os níveis de participação dos mais envolvidos e as opiniões positivas sobre o funcionamento interno, sem afetar de forma significativa as atitudes e os comportamentos dos mais apáticos (Sandri e Amjahad, 2015).

Por outro lado, esta análise evidencia a tensão entre o objetivo de democratizar internamente os partidos e os resultados destas reformas em termos de políticas. Como alguns estudos evidenciam (Rahat, 2013; Gauja, 2013), uma maior democracia intra-partidária não implica necessariamente políticas mais inclusivas e representativas. Dado o carácter “elitista” dos ativistas (elevado *status* sócio-profissional), um maior poder aos filiados pode levar à marginalização dos interesses mais gerais em detrimento de interesses cada vez mais específicos ou setoriais. *Last but not least*, a interpretação destes resultados pode estar relacionada com a importância dos contactos pessoais dentro das organizações partidárias. Uma ideia que merece ser explorada no futuro é a de que os mais ativos estão mais satisfeitos com o funcionamento (formal) do partido porque podem utilizar os contactos informais para influenciar as principais decisões.

Apesar das limitações que os dados utilizados apresentam, este estudo considera um aspeto claramente negligenciado pela literatura e difícil de analisar empiricamente. Deste ponto de vista, vem preencher uma lacuna fundamental para o estudo dos partidos em Portugal. Para além disso, este contributo é apenas o primeiro passo para investigar outros aspetos importantes e pouco explorados como, por exemplo, o facciosismo interno, as razões que levam à adesão ou à saída dos filiados, assim como os processos de decisão interna.

ANEXO A

Perfil sociodemográfico dos delegados e filiados socialistas (%)

	Delegados			Filiados
	2001	2006	2011	2014
Género				
Homem	—	73.7	70.5	75.4
Mulher	—	26.3	29.5	24.6
Idade				
18 - 24	—	2.2	1.6	3.3
25 - 34	—	20.4	11.8	13.6
35 - 44	—	18.6	15.3	21.2
45 - 54	—	29.8	24.7	19.9
55 - 64	—	25.3	34.9	25.1
65 ou mais	—	3.7	11.8	16.9
Educação				
Secundário incompleto ou inferior	26.0	16.2	8.1	9.4
Secundário completo	22.0	28.8	34.5	26.0
Superior completo ou superior	52.0	55.0	57.4	64.6
Religiosidade				
Nada religioso	—	18.5	16.3	24.4
Pouco religioso	—	32.6	27.8	30.7
Razoavelmente religioso	—	40.9	48.3	40.9
Muito religioso	—	8.1	5.3	4.0
Ocupação				
Quadros superiores ou dirigentes	28.4	30.5	36.7	13.0
Especialistas de profissões intelectuais	16.1	18.7	16.8	13.1
Funcionários públicos	28.7	21.3	24.3	25.6
Serviços	5.0	14.4	1.8	15.3
Trabalhadores da agricultura e pesca	0.7	0.4	0.4	0.8
Operários	3.5	2.1	1.8	n. d.
Dirigentes políticos ou sindicais	17.7	n. d.	n. d.	n. d.
Outro	n. d.	12.6	18.1	n. d.

[continua na página seguinte]

	Delegados			Filiados
	2001	2006	2011	2014
Filiação associativa				
Sindicatos	—	29.5	24.1	25.6
Associações profissionais	—	30.3	31.5	n. d.
Organizações sociais	—	55.9	47.9	n. d.
Clubes desportivos	—	54.7	55.8	n. d.
Outros	—	15.9	34.2	n. d.
(N)	(1113)	(512)	(265)	(1347)

ANEXO B

Distribuição regional das amostras dos inquiridos e dos delegados do XVIII congresso

	Inquérito delegs. 2006	Inquérito delegs. 2011	Delegs. 2011 (efetivos)
Aveiro	5.3	5.4	5.1
Beja	2.2	0.5	1.3
Braga	7.3	13.5	9.9
Bragança	1.8	1.6	1.6
Castelo Branco	2.2	2.2	2.3
Coimbra	9.7	4.9	8.2
Évora	1.6	2.2	1.6
Faro	2.8	1.6	2.4
Guarda	1.4	1.1	2.3
Leiria	3.8	0.5	3.0
Lisboa	16.0	23.2	16.9
Portalegre	2.2	0.5	1.7
Porto	17.0	17.8	17.8
Santarém	3.4	3.2	2.8
Setúbal	5.7	3.8	5.7
Viana do Castelo	2.6	2.7	2.3
Vila Real	2.6	4.3	2.8
Viseu	3.4	4.3	4.8
Açores	5.4	2.7	3.4
Madeira	4.2	3.8	4.0

Fonte: Jalali e Lobo (2007); dados oficiais do partido para o universo dos delegados.

Nota: não foram considerados os delegados das federações da Europa e fora da Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAS, M., *et al.* (2012), “Extra-party democracy and middle-level elites in Spain”. *Institut de Ciències Polítiques i Socials working paper*, Barcelona, Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- BELCHIOR, A. (2008), “Democracia nos partidos políticos portugueses.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, pp. 131-154.
- BELCHIOR, A. e FREIRE, A. (2011), “A lei da disparidade curvilinear revisitada. O caso dos partidos políticos portugueses”. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 2 (número especial), ISCSP-UTL, pp. 49-67.
- BELLUCCI, P., MARAFFI, M. e SEGATTI, P. (2000), *PCI, PDS, DS*, Roma, Donzelli.
- BORDANDINI, P. e DI VIRGILIO, A. (2009a), *Delegati di partito. Margherita e ds. Congressi nazionali di marzo 2004 e febbraio 2005*, Bolonha, CLUEB.
- BORDANDINI, P. e DI VIRGILIO, A. (2009b), *Delegati di partito. PDCI e PRC. Congressi nazionali di febbraio 2004 e marzo 2005*, Bolonha, CLUEB.
- COELHO, M. (2014), *Os Partidos Políticos e o Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal*, Lisboa, Europress.
- CROSS, W., KATZ, R. S. (2013), *The Challenges of Intra-Party Democracy*, Oxford, Oxford University Press.
- DELWIT, P., HELTINGS, B. e VAN HAUTE, E. (2003a), “Les cadres intermédiaires du Parti socialiste et d’Ecolo”. *Courrier Hebdomadaire du CRISP*, 1801-1802, pp. 1-65.
- DELWIT, P., HELTINGS, B. e VAN HAUTE, E. (2003b), “Les cadres intermédiaires du mouvement réformateur et du psc”. *Courrier Hebdomadaire du CRISP*, 1804-1805, pp. 5-69.
- DOWNS, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper & Row.
- DUVERGER, M. (1981 [1954]), *Les partis politiques*, Paris, Armand Colin.
- FREIRE, A., TEIXEIRA, C. P. (2011), “A escolha antes da escolha: a seleção dos candidatos a deputados – parte II: teoria e prática”. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 2 (setembro), pp. 31-48.
- GAUJA, A. (2013), “Policy development and intra-party democracy”. In R. S. Katz e W. Cross (orgs.), *The Challenges of Intra-Party Democracy*, Oxford, Oxford University Press, pp. 116-135.
- HOPKIN, J. (2004), “La democrazia di partito nei paesi industrializzati: una discussione”. *Rivista Italiana di Scienza Politica* xxiv (3), pp. 491-502.
- KATZ, R. S., MAIR, P. (1995), “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party”. *Party Politics*, 1 (1), pp. 5-28.
- KATZ, R. S., MAIR, P. (2009), “The cartel party thesis: a restatement.” *Perspectives on Politics*, 7 (4), pp. 753-766.
- KITSCHELT, H. (1989), “The internal politics of parties: the law of curvilinear disparity revisited.” *Political Studies*, 37 (3), pp. 400-421.
- KITTILSON, M. C., SCARROW, S. E. (2003), “Political parties and the rethoric and realities of democratization. In B. E. Cain, R. J. Dalton e S. E. Scarrow (orgs.), *Democracy Transformed? Expanding Political Opportunities in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 59-80.
- IGNAZI, P. (2014), “Power and the (il)legitimacy of political parties: an unavoidable paradox of contemporary democracy?”. *Party Politics*. DOI: 10.1177/1354068813519970.

- IVERSEN, T. (1994), "Political leadership and representation in West European democracies: a test of three models of voting". *American Journal of Political Science*, 38 (1), pp. 45-74.
- JALALI, C. (2007), *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- JALALI, C., LOBO, M. C. (2007), "Party activism in a third wave democracy: a portrait of Portuguese Socialist Party delegates". ECPR joint sessions, Helsinki.
- LISI, M. (2009), *A Arte de Ser Indispensável. Líder e Organização no Partido Socialista Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LISI, M. (2010), "The democratisation of party leadership selection: the Portuguese experience". *Portuguese Journal of Social Sciences*, 9 (2), pp.127-149.
- LISI, M. (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*, Coimbra, Almedina.
- LISI, M. (2014), "The sources of mass partisanship in newer democracies: social identities or performance evaluations? Southern Europe in comparative perspective". *International Political Science Review*, 35 (5), pp. 505-522.
- LISI, M., FREIRE, A. (2014), "The selection of party leaders in Portugal". In J.-B. Pilet e W. Cross (orgs.), *The Selection of Political Party Leaders in Contemporary Parliamentary Democracies*, Londres, Routledge, pp. 124-140.
- LOBO, M. C. (2003), "A elite partidária em Portugal, 1976-2002". In A. Costa Pinto e A. Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Lisboa, Celta, pp. 249-275.
- LOPES, F. F. (2004), *Os Partidos Políticos*, Oeiras, Celta editora.
- MAIR, P. (2013), *Ruling the Void: The Hollowing of Western Democracy*, Londres, Verso.
- MAIR, P., VAN BIEZEN, I. (2001), "Party membership in twenty European democracies, 1980-2000". *Party Politics*, 7 (1), pp. 5-21.
- MAY, J. D. (1973), "Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity". *Political Studies*, 21 (2), pp. 135-151.
- MÉNDEZ LAGO, M., SANTAMARÍA, J. (2001), "La ley de la disparidad ideológica curvilínea de los partidos políticos: el caso del PSOE". *Revista Española de Ciencia Política*, 4 (abril), pp. 35-69.
- MICHELS, R. (2001), *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna. Investigação sobre as Tendências Oligárquicas na Vida dos Agrupamentos Políticos*, Lisboa, Antígona.
- MULÉ, R. (2011), "Delegati congressuali: cos'è cambiato dopo trent'anni?". *Polis*, xxv (2), pp. 263-286.
- NARUD, H. M., SKARE, A. (1999), "Are party activists the party extremists? The structure of opinion in political parties". *Scandinavian Political Studies*, 22 (1), pp. 45-65.
- NIEDERMAYER, O. (1986), "Methodological and political problems of comparative party elites research: the EPPMLE project". *European Journal of Political Research*, 14 (1-2), pp. 253-258.
- NIEDERMAYER, O., SCHMITT, H. (1983), "Sozialstruktur, Partizipation und Politischer Status in Parteiorganisationen". *Politische Vierteljahresschrift*, 24, pp. 293-310.
- NORRIS, P. (1995), "May's law of curvilinear disparity revisited". *Party Politics*, 1 (1), pp. 29-47.
- PIERRE, J. (1986), "Attitudes and behaviour of party activists: a critical examination of recent research on party activists and 'middle-level' Elites". *European Journal of Political Research*, 14 (4), pp. 465-479.
- PILET, J.-B., CROSS, W., orgs. (2014), *The Selection of Political Party Leaders in Contemporary Parliamentary Democracies*, Londres, Routledge.

- POGUNTKE, T. (2002), "Party Organizational Linkage: Parties without Firm Social Roots?". In K. R. Luther e F. Müller-Rommel (orgs.), *Political Parties in the New Europe*, Oxford, Oxford University Press, pp. 43-62.
- POGUNTKE, T., WEBB, P. (orgs) (2005), *The Presidentialization of Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- RAHAT, G. (2013), "What is democratic candidate selection?". In R. S. Katz e W. Cross (orgs.), *The Challenges of Intra-Party Democracy*, Oxford, Oxford University Press, pp. 135-149.
- REIF, K., CAYROL, R., NIEDERMAYER, O. (1980), "National political parties' middle level elites and European integration". *European Journal of Political Research*, 8 (1), pp. 91-112.
- ROHRSCHEIDER, R. (1994), "How iron is the iron law of oligarchy?". *European Journal of Political Research*, 25 (2), pp. 207-238.
- SAGLIE, J., HEIDAR, K. (2004), "Democracy within Norwegian political parties. complacency or pressure for change?". *Party Politics*, 10 (4), pp. 285-305.
- SANDRI, G., AMJAHAD, A. (2015), "Party Membership and Intra-Party Democracy. How do members react to organizational change within political parties? The case of Belgium." *Partecipazione e conflitto*, 8 (1), pp. 190-214.
- SARTORI, G. (1987), *The Theory of Democracy Revisited*, Chatham (NJ), Chatham House.
- SCARROW, S.E. (1996), *Parties and Their Members*, Oxford, Oxford University Press.
- SCARROW, S.E. (2005), *Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives. Implementing Intra-Party Democracy*, Washington, National Democratic Institute for International Affairs.
- SCARROW, S.E. (2007), "Political activism and party members". In R. J. Dalton e H.-D. Klingemann (orgs.), *The Oxford Handbook of Political Behaviour*, Oxford, The Oxford University Press, pp. 636-654.
- SCARROW, S.E. (2014), *Beyond Party Members: Approaches to Partisan Mobilization*, Oxford, Oxford University Press.
- SCHATTSCHNEIDER, E. (1942), *Party Government*, Nova Iorque, Greenwood Press.
- STOCK, M. J. (1985), "Delegados, activistas, quadros médios: importância de uma abordagem empírica". *Economia e Sociologia*, 38-39, pp. 7-25.
- STOCK, M. J., VALENTE ROSA, L. F. (1985), "Perfil dos delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981". *Economia e Sociologia*, 38-39, pp. 59-94.
- TEIXEIRA, M. da C. Pequito (2009), *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar*, Coimbra, Almedina.
- TEORELL, J. (1999), "A deliberative defence of intra-party democracy". *Party Politics*, 5 (3), pp. 363-382.
- VAN BIEZEN, I. (2003), *Political Parties in New Democracies. Party Organization in Southern and East-Central Europe*, Londres, Palgrave MacMillan.
- VAN BIEZEN, I., MAIR, P., POGUNTKE, T. (2012), "Going, Going... Gone? Party Membership in the 21st Century". *European Journal of Political Research*, 51 (1), pp. 24-56.
- VAN HAUTE, E., ed. (2011), *Party Membership in Europe: Exploration into the Anthills of Party Politics*, Bruxelas, Editions de l'Université de Bruxelles.
- VAN HAUTE, E., CARTY, R. K. (2012), "Ideological misfits: a distinctive class of party members". *Party Politics*, 18 (6), pp. 885-895.
- YOUNG, L. (2013), "Party members and intra-party democracy". In R. S. Katz e W. Cross (orgs.), *The Challenges of Intra-Party Democracy*, Oxford, Oxford University Press, pp. 65-80.

- WARE, A. (1996), *Political Parties*, Oxford, Oxford University Press.
- WEBER, M. (1979), *Economia y Sociedad*, Cidade do México, Fundo de Cultura Económica.
- WHITELEY, P., SEYD, P. (1996), "Rationality and party activism: encompassing tests of alternative models of political participation". *European Journal of Political Research*, 29 (2), pp. 215-234.
- WHITELEY, P., SEYD, P. (2002), *High-Intensity Participation: The Dynamics of Party Activism in Britain*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.

Recebido a 12-03-2013. Aceite para publicação a 11-02-2015.

LISI, M. (2015), "Democracia intra-partidária, filiados e elites intermédias: o caso do Partido Socialista português". *Análise Social*, 214, L (1.º), pp. 160-190.

Marco Lisi » marcolisi@fcs.unl.pt » FCSH-UNL » Avenida de Berna, 26-C — 1069-061 Lisboa, Portugal.
